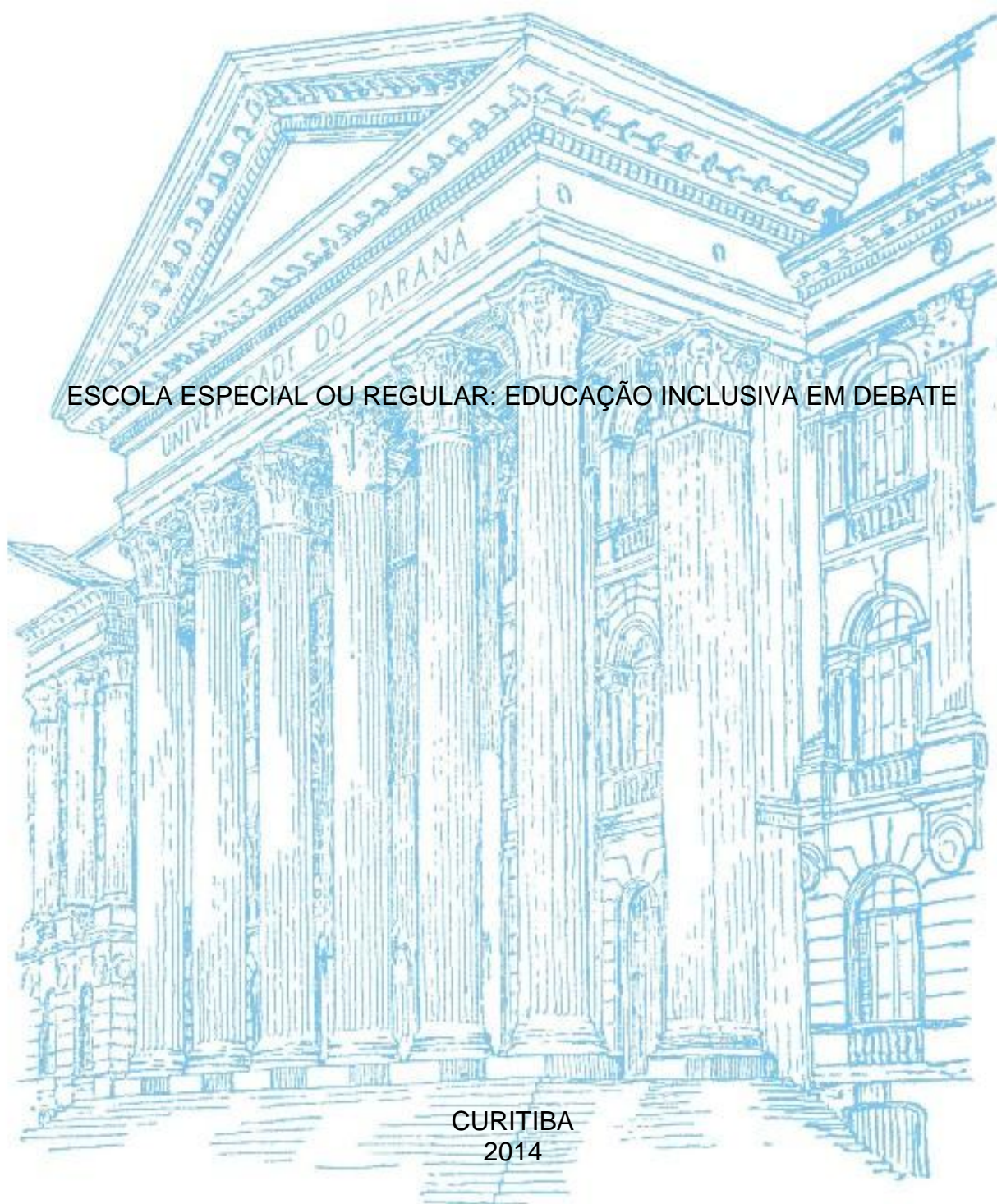


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

ANTONIO EDENILSON DE ALMEIDA

ESCOLA ESPECIAL OU REGULAR: EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM DEBATE



CURITIBA  
2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

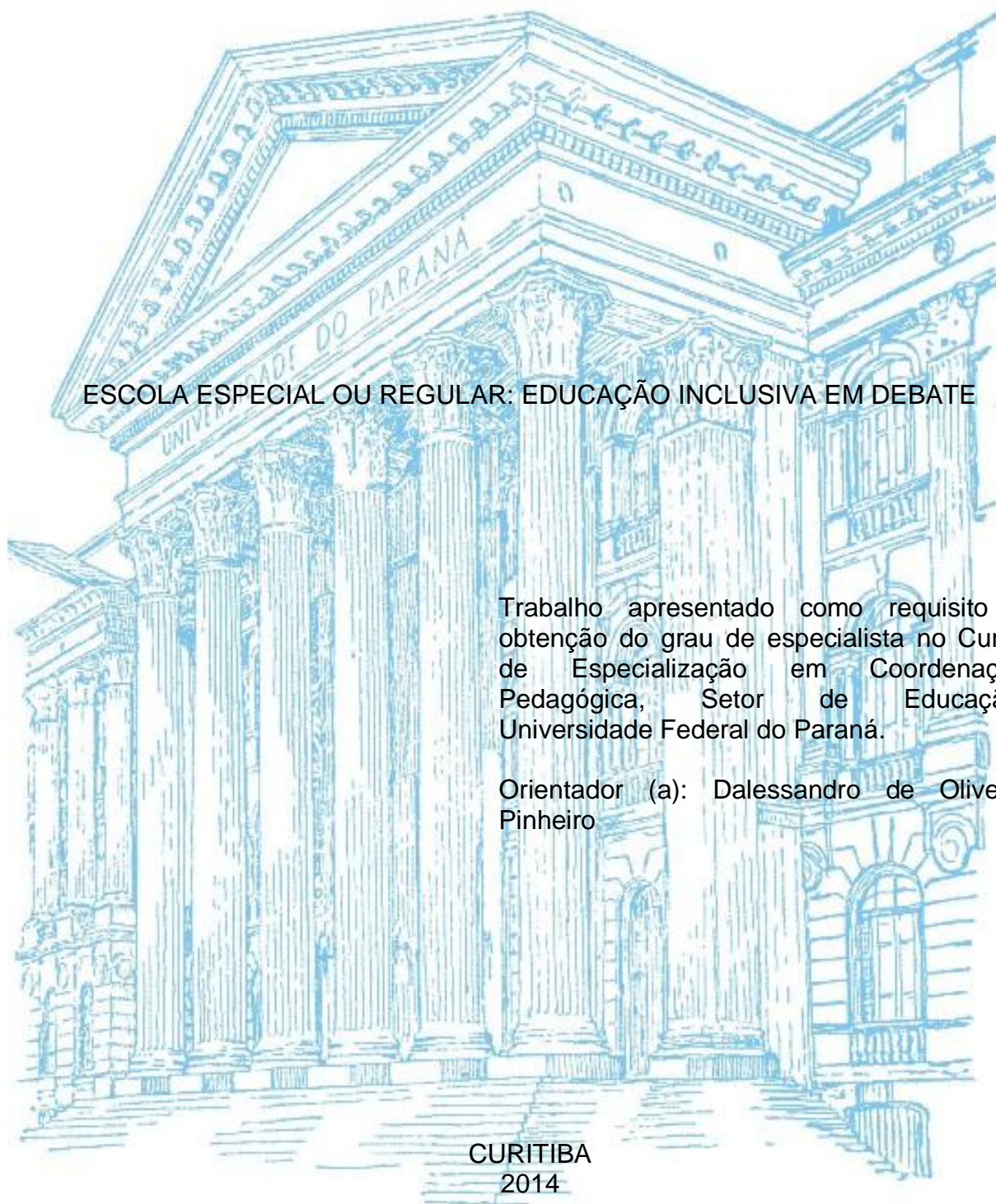
ANTONIO EDENILSON DE ALMEIDA

ESCOLA ESPECIAL OU REGULAR: EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM DEBATE

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): Dalessandro de Oliveira Pinheiro

CURITIBA  
2014



# ESCOLA ESPECIAL OU REGULAR: EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM DEBATE

ANTONIO EDENILSON DE ALMEIDA\*

## RESUMO

O presente texto faz uma abordagem sistematizada do processo de Educação Especial e Regular, dando ênfase a Educação Inclusiva em um período histórico, que aponta caminhos divergentes entre estas modalidades educacionais. O trabalho efetiva-se através de pesquisa documental, por meio de artigos, textos e referenciais teóricos que nos possibilitam fazer uma análise sobre o processo de inclusão educacional e suas implicações sobre a realidade profissional do coordenador pedagógico e sua atuação, na proposta de educação inclusiva. Tendo em vista a legislação vigente, leis e normas que regulamentam a Educação Especial e a Educação Inclusiva, muitas dúvidas vão surgindo evidenciadas nas recentes lutas para as melhorias e avanços da educação. Assim podemos indagar sobre a qualidade da educação e as transformações das escolas diante do processo de inclusão. A pesquisa qualitativa visa apontar todos os caminhos, buscando novas concepções, outras possibilidades e diferentes olhares sobre a temática de Inclusão das pessoas com deficiência intelectual e múltiplas deficiências. Na discussão aponta as lutas de movimentos filantrópicos do Paraná; dentre estes a APAE em conjunto a outras instituições afins. Estas, buscam estratégias para a continuidade do atendimento especializado às pessoas com deficiência intelectual e múltiplas deficiências. Neste impasse de ideais e lutas, a inclusão educacional ocorre a passos lentos, exige muito do coordenador pedagógico, para concretizar as políticas públicas na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Inclusão, Educação Especial, Coordenação Pedagógica, Políticas públicas.

---

\*Artigo produzido pelo aluno Antonio Edenilson de Almeida do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação do professor Dalessandro Pinheiro. E-mail: antonioedenilson@yahoo.com.br

# ESCOLA ESPECIAL OU REGULAR: EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM DEBATE

ANTONIO EDENILSON DE ALMEIDA

## ABSTRACT

This paper makes a systematic approach to Special Education and Regular process, emphasizing inclusive education in a historical period, pointing divergent paths between these educational modalities. What is effective through documentary research work, through articles, texts and theoretical frameworks that enable us to make an analysis on the process of educational inclusion and its implications on the professional reality of pedagogical coordinator and its performance, the proposed inclusive education. Since the current legislation, laws and regulations governing special education and inclusive education, many questions arise evidenced in the recent struggles for improvements and advancements of education in view. So we can ask about the quality of education and the transformation of schools on the inclusion process. Qualitative research aims to point out all the ways, seeking new ideas, other possibilities and different perspectives on the issue of inclusion of people with intellectual disabilities and multiple disabilities. Discussion points in the struggles of philanthropic movements of Paraná; among these APAE together with other similar institutions. These seek strategies for continuing specialized care for people with intellectual disabilities and multiple disabilities. In this impasse of ideals and struggles, educational inclusion occurs at a slow pace, requires a lot of pedagogical coordinator to implement public policies in building a more just and egalitarian society.

Keywords: Inclusion, Special Education, Pedagogical Coordination, Public Policy.

## 1 INTRODUÇÃO

Muito se discute sobre a qualidade da educação brasileira e, nas questões e situações atinentes à educação das pessoas com deficiência enfoca-se, prioritariamente, o processo de inclusão educacional.

Este estudo pretende abranger o desenvolvimento qualitativo de funções e ações que possam servir para o desenvolvimento do aluno com deficiência intelectual e deficiência múltipla<sup>1</sup>.

A pesquisa parte dos conceitos básicos sobre estratégias educacionais e políticas inerentes a educação inclusiva e Educação Especial, voltados ao suprimento de necessidades básicas de aprendizagem, dando um passo inicial para possivelmente, no futuro proporcionar novos conceitos e conhecimentos para a educação especializada das pessoas com deficiência intelectual e deficiência múltipla.

As deficiências todas são merecedoras de estudos e análises, mas quando citamos especificamente ações de deficiência intelectual e múltiplas deficiências é porque, perante a inclusão educacional, estas são as características mais comuns atendidas nas escolas especiais. Esta realidade, nos remete a rever e fazer, concomitantemente, uma análise do processo de inclusão educacional destas pessoas, uma vez que nas escolas especiais se apresentam como tipos de deficiências mais complexas de se alcançar resultados rápidos e satisfatórios.

Tendo em vista muitas leis e normas que regulamentam a Educação Especial e a Educação Inclusiva, muitas dúvidas vão surgindo ao longo do tempo, evidenciadas nas recentes lutas para as melhorias e avanços da educação brasileira.

Embora alguns itens já façam parte da garantia de direito da pessoa com deficiência, a política pública pela inclusão, respaldando a matrícula de todos no ensino regular, ainda geram muitas polêmicas, criando uma situação de desconforto para os profissionais que atuam nas escolas de “Educação Especial”, os quais lutam

---

<sup>1</sup> O termo deficiência múltipla tem sido utilizado, com freqüência, para caracterizar o conjunto de duas ou mais deficiências associadas, de ordem física, sensorial, mental, emocional ou de comportamento social. (BRASIL, 2006, p.11)

para a inclusão do aluno não somente no meio educacional, mas também nos mais diversos setores da sociedade.

Estas políticas inclusivistas, no primeiro momento, decorrem da busca de garantias de direitos com o argumento de que as pessoas com deficiência, independente do tipo de deficiência ou do grau de comprometimento das mesmas, deverão freqüentar o ensino comum regular, como qualquer outro cidadão. Tem-se, portanto, a perspectiva de que todos são iguais, tendo o direito de receber uma educação de qualidade, adaptada para a superação de suas dificuldades, de suas limitações.

Por outro lado, num segundo momento, estão as instituições especializadas que, embasadas em medidas legais, específicas e diferenciadas também lutam pela garantia de direitos das pessoas com deficiências. São as lutas de movimentos filantrópicos do Paraná; dentre tais a APAE<sup>2</sup>, as quais desenvolvem estratégias para a continuidade do atendimento especializado às pessoas com deficiência intelectual e múltiplas deficiências.

Diante do exposto, chegamos a um impasse na educação da pessoa com deficiência intelectual e múltipla surgem, então, os seguintes questionamentos: O que podemos considerar uma educação verdadeiramente “inclusiva” com qualidade? Qual escola é mais apropriada ao atendimento da pessoa com deficiência intelectual ou múltiplas deficiências, escola comum ou escola especializada?

Os desafios deste tema são polêmicos e divergentes entre si; é uma tarefa árdua de somar esforços numa pesquisa bibliográfica, buscando respostas nos referenciais existentes sobre o tema. A contribuição direta desta pesquisa, remete-se aos educadores interessados em conhecer teoricamente as diferenças existentes entre Inclusão e Educação Especial. Numa síntese teórica é possível fazer uma breve descrição das variadas diferenças e possibilidades que ambas têm demonstrado através das suas ações.

Desta forma, fazendo uma análise inicial do tema em questão, o objetivo geral consiste em analisar as políticas públicas e as teorias atuais frente ao processo de inclusão educacional, delimitando o tema especificamente para o desenvolvimento de ações às pessoas com deficiência intelectual e múltiplas

---

<sup>2</sup> APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) considerado um dos maiores movimentos filantrópicos do mundo, em defesa da pessoa com deficiência. (APAE, 2010, p.5)

deficiências, bem como conferindo o aporte profissional do coordenador pedagógico frente a esta temática.

O trabalho se efetivará numa pesquisa documental, através de artigos, textos e referenciais teóricos que nos possibilitem fazer uma análise geral sobre o processo de inclusão educacional e suas implicações sobre a realidade profissional do coordenador pedagógico, tanto na escola especializada quanto no ensino comum.

Neste sentido, a escolha da pesquisa qualitativa visa apontar todos os caminhos da mesma, pois propõe um direcionamento ao longo de seu desenvolvimento. (SILVA; MENEZES, 2005).

A busca por respostas nem sempre nos conduz a uma condição satisfatória dos questionamentos realizados. Sendo assim, sempre surgem outros pontos questionáveis, não se esgotando em si, mas contribuindo para trazer a tona outras formas de analisar e ver o tema. Na medida que o exploramos, vão surgindo outros questionamentos merecedores de estudos futuros.

Por meio desta pesquisa buscamos novas concepções, outras possibilidades e diferentes olhares sobre a temática de inclusão. É um estudo de grande importância para os coordenadores pedagógicos e profissionais que buscam entender e promover uma educação de qualidade a todas as pessoas com deficiência, independentemente se esta ocorre nas escolas de ensino comum ou nas escolas especializadas. Consideramos apenas que o mais importante é respeitar as diferenças da pessoa com deficiência, sejam quais forem suas limitações, para promover avanços significativos em sua vida.

## **2 UM BREVE PANORAMA SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

O processo de Inclusão Educacional ao longo do tempo foi sendo introduzido nas escolas, fomentado por leis, normas e regulamentações criadas e produzidas, recheadas de debates e controvérsias.

O tema em questão já passou por várias etapas e, nestes últimos anos, ganhou notoriedade através das ações inclusivistas, supostamente tão necessárias para o atendimento destes alunos. Porém, muitas ações devem ser implementadas,

para que todas as pessoas com deficiência usufruam de seus direitos como cidadãos respeitados e dignos diante da sociedade. Neste sentido, é função da escola propor uma prática pedagógica inovadora que venha juntamente com as tendências atuais, organizar um ensino onde o aluno sinta-se a vontade, mais atraído e motivado para aprender.

A constituição federal de 1988 contempla, na sua essência, uma educação voltada aos princípios de igualdade e de garantia de acesso a todos, o que embasou a criação de novas reformulações acerca da modalidade educacional de educação especial e educação inclusiva. Um grande passo em nível nacional foi contemplar estas medidas na LDB 9394/96 que cita artigos específicos tratando da educação especial, reforçada pela política de inclusão na Declaração de Salamanca do ano de 1994.

Amparada em atos legais as instituições filantrópicas deste setor, buscam incentivar a continuidade da “Educação Especial” que atenda todos os anseios e necessidades da pessoa com deficiência, mas que se proceda em linhas gerais, mantendo a tradição de oportunizar e dar as condições necessárias para uma educação de qualidade, com responsabilidade e inclusão de todos seus alunos no meio social, bem como para o processo de participação no mundo de trabalho, valorizando-o como ser humano, respeitando as limitações inerentes a sua deficiência (FENAPAES, 2007).

Muitas medidas paliativas atualmente são efetivadas, especificamente no estado do Paraná, com algumas reformulações acerca de nomenclaturas e estruturas metodológicas em âmbito legal, para a continuidade do atendimento às pessoas com deficiência nas escolas conveniadas, que atualmente são denominadas “escolas de educação básica na modalidade de educação especial”, regulamentada pela Resolução nº 3600/2011 – GS/SEED e a Instrução nº 012/2011 – SUED/SEED-PR. (PARANÁ, 2011)

Quando se estrutura uma educação que obriga a pessoa com deficiência a frequentar o ensino comum, enfrenta-se um outro problema, especificamente, para o aluno com deficiência intelectual que possui maiores dificuldades na aprendizagem, o qual necessita de mais tempo e atendimento especial individualizado do que se trabalha em sala de aula. Uma problemática se estabelece, condiz com o atraso dos demais alunos que necessitarão de uma organização diferente do professor, para que seja efetivado os conteúdos propostos, visto que um aluno com deficiência



intelectual necessita de metodologia diferenciada, auxílio individualizado e tempo estendido específico para o seu aprendizado.

Tendo em vista o objetivo desta pesquisa, surgem outros pontos específicos, os quais podemos destacar:

- Promover um estudo das políticas para a educação inclusiva nos últimos anos, em âmbito geral, procurando entender os ranços e avanços desta modalidade educacional.
- Esclarecer as ações específicas que qualificam a educação especial e promovem a inclusão de todos indistintamente, independente das dificuldades inerentes a deficiência.
- Discutir o que de fato é primordial para a pessoa com deficiência: sua inclusão junto aos demais alunos do ensino regular, ou um ensino específico promovido pela escola especial.

Com ênfase nos autores pesquisados, foi possível traçar um perfil geral da Educação Especial e da Inclusão Educacional em seus diferentes contextos históricos e sociais. Podemos perceber que as mudanças vêm ocorrendo neste meio educacional, trazendo consigo discussões e conflitos de idéias. Partindo dessa premissa, cabe-nos esclarecer alguns questionamentos que decorrem das políticas educacionais. Para tanto, podemos nos reportar a “Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas” (MAZZOTA, 2011) que menciona os avanços políticos educacionais para esta modalidade educacional.

De acordo com este autor: “Mesmo quando entendida como modalidade de ensino, via de regra alvo de abordagens tecnicistas reducionistas, a educação especial tem sido definida como simples opção de métodos, técnicas e materiais didáticos diferentes dos usuais.” (MAZZOTA, 2011, p.11)

Conforme demonstrado, a defesa de cidadania e do direito à educação é algo recente na história política do Brasil; ocorre especificamente em meados do século vinte, e não promove ações educacionais tão somente, também tem outros propósitos. (MAZZOTTA, 2011, p.16)

Historicamente as ações educacionais voltadas ao atendimento da pessoa com deficiência, partiram da pressão imposta pelos pais, que conviviam diretamente com os entraves inerentes a deficiência de seus filhos. Desde então, as primeiras instituições voltadas ao atendimento ao deficiente tiveram sua fundação nos grandes

centros urbanos, e, gradativamente, foram se disseminando por todas as cidades do país.

Em alguns países os pais buscam integrar as crianças junto aos alunos sem deficiência (MAZZOTTA, 2011, p.69), intensificando uma preferência inclusivista. Contudo no Brasil, estas características históricas aparecem com outra característica:

No Brasil, a despeito de figurar tal preferência, na Constituição Federal e diversos textos oficiais, historicamente se observa a busca de organização de instituições especializadas gerenciadas pelos próprios pais. Este é um importante aspecto a ser pesquisado junto aos grupos de pais a fim de consolidar a tão desejada parceria entre sociedade civil e ação governamental. A relevância das iniciativas particulares encetadas pelas associações de pais, principalmente as Sociedades Pestalozzi e as APAEs, não pode ser desconsiderada. (MAZZOTTA, 2011, p.69)

Com a institucionalização da educação especial, a educação de modo geral contemplava até o início do século XXI, duas vias paralelas: a educação regular e a educação especial. Implica dizer que “até alguns anos atrás o quadro da educação especial encontrava-se muito claro. As crianças com deficiência eram atendidas nas escolas especiais, e as crianças ditas normais nas escolas regulares.” (BEYER, 2006, p.11) Entretanto, nestes últimos anos, impulsionada pela transformação social, e logicamente, com o amadurecimento da sociedade quanto aos urgentes aspectos da necessidade de melhoria da educação brasileira, e com o advento em nível mundial de uma “educação para todos” (UNESCO, 1998), a educação da pessoa com deficiência, especificamente a educação especial, também entra nesta discussão.

Conforme salienta Beyer (2006), na prática a educação especial refletia:

O princípio de organização escolar nas práticas históricas da educação especial e mais propriamente das escolas especiais sempre se deu pela racionalidade que afirmava; deixem os alunos (especiais) virem a nós. Assim, de diferentes escolas ou das suas famílias as crianças com deficiência, através de laudos, anamneses e histórias de vida, eram conduzidas para uma escola especial. Nesta escola concentravam-se os recursos pedagógicos necessários para sua educação. (BEYER, 2006, p.12)

A escola especializada sempre carregou o estigma de uma alternativa concreta, única e viável às necessidades educacionais de todas as pessoas com deficiências. Nesta mesma linha histórica, é possível afirmar que as escolas

especiais surgiram com a premissa de atendimento às crianças com deficiência, que drasticamente estavam excluídas do sistema de ensino.

Nas palavras de Beyer (2006, p. 14) “portanto, não eram, como alguns pensam, escolas “segregadoras”, pelo contrário, integraram pela primeira vez as crianças com deficiência no sistema escolar.”

Nesta mesma assertiva, as escolas especiais passaram a ser as “soluções complementares” (BEYER, 2006, p. 15) pois ofereciam o atendimento que estava faltando na escola regular.

Entretanto, a história marcantes de conquistas destas instituições de ensino, hoje é analisado pelo olhar crítico da comunidade inclusivista, a qual afirma que estas não proporcionam avanços significativos que possam atender as necessidades da pessoa com deficiência dentro das atuais conveniências da sociedade. Nesta mesma linha, Beyer (2006) faz a seguinte afirmação:

Hoje, porém, é tempo de advertir as escolas especiais e a educação especial do risco de se constituírem em um equívoco ou erro histórico. A longa existência e prática da segregação escolar estabeleceu a cultura e a consciência, na escolas especiais e nos próprios educadores especiais, de que não se poderia educar os alunos com deficiência em qualquer outro lugar a não ser nas escolas especiais. O equívoco das escolas especiais consiste na reivindicação do monopólio pedagógico com estes alunos, em que se defende a idéia de que a educação especial é o melhor ou o mais apropriado para eles. (BEYER, 2006, p.15)

Este olhar inclusivista, por vezes, tem trazido um certo descrédito ao ensino especializado, principalmente afirmando que a escola especial “segrega”. Contudo, não aponta soluções concretas que possam intervir e trazer os benefícios que são proporcionados no atendimento nestas instituições, principalmente quando o assunto diz respeito às deficiências consideradas mais severas ou complexas. Estrategicamente, as instituições especializadas são estruturadas com atendimentos pedagógicos atrelados ao clínico terapêutico, por meio de profissionais de psicologia, fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, assistência social, neurologia e/ou psiquiatria (APAE, 2010). Nesta proposta de desenvolvimento e atendimento aos alunos com deficiência intelectual e múltiplas, afirma Beyer (2006):

[...] não se pode afirmar que a influência médica ou clínica esteja ultrapassada nas atividades da educação especial. Não se trata de um paradigma morto, pois a pesquisa das práticas e teorizações em educação especial pode demonstrar com clareza e força que ainda possui. Em nosso incompleto sistema de atendimento às pessoas com necessidades especiais, constata-se o predomínio de ações terapêuticas: o delineamento

pedagógico mantendo-se atrelado à orientação de natureza terapêutica. Assim não é raro observar, em escolas ou instituições especiais, turmas de crianças e adolescentes homogeneamente organizadas, por comprometimento patológico: nas situações mais graves, restringe-se o pedagógico e intensificam-se as ações terapêuticas; nas menos graves, inserem-se metodologias de ensino que, inclusive, "ousam" recomendar a alfabetização e a escolarização formal. (BEYER, 2006, p.19)

Neste sentido, não assegurando como defesa da escola especial, mas procurando instaurar uma diferenciação existente entre as diferentes instituições de ensino, tanto no que condiz com um ambiente estrutural e físico quanto no campo de recursos humanos.

Fica nítido que as características da escola inclusivista é um tema bastante polemizado, as idéias da qualidade educacional tomam rumos muitas vezes desconhecidos, a busca de soluções e estratégias são um dos pontos fundamentais para que realmente ocorra uma educação para todos. Enfatizando a deficiência intelectual, podemos constatar que:

São os alunos com estas características que apresentam as dificuldades maiores para acompanhar os demais alunos nos ritmos e níveis de aprendizagem em sala de aula. Alunos com deficiência visual, auditiva ou física apresentam a maioria dos requisitos necessários para acompanhar o restante da turma. [...] para os alunos com situação cognitiva diferenciada, tais como os alunos com dificuldades significativas na aprendizagem, com deficiência mental, paralisia cerebral ou autismo, os objetivos e didáticas de ensino devem ser organizados diferencialmente. (BEYER, 2006, p.42)

Nesta complexa realidade também há os alunos que, somada à deficiência intelectual, ainda possuem outra deficiência, como: deficiência neuromotora, e/ou TGD (Transtornos Globais do Desenvolvimento). Na escola especial comumente ocorrem situações de alunos que demonstram-se em situações de "histeria", que ficam descontrolados, agressivos e agitados, sendo necessário contenção e isolamento temporário, até que o mesmo acalme-se. São crianças ou jovens acometidos com TGD, que numa mudança repentina da rotina atribuída ao seu atendimento, causam situações que interferem no ambiente escolar. Parecem coisas isoladas, mas é comum, e nos últimos anos é perceptível o grande número de alunos com esta problemática, cabendo a escola resolver tal situação. Infelizmente não é somente com ações a base de medicamentos<sup>3</sup> que concretiza-se a resolução

---

<sup>3</sup> Os medicamentos são prescritos pelo médico neurologista ou psiquiatra que atende na instituição apaeana, ou pelo médico especialista de opção dos pais e/ou responsáveis. (APAE, 2010)

destas situações. Muitas famílias até optam pelo isolamento deste indivíduo, neste caso, tirando-o da escola.

A evasão escolar, em virtude de problemas relacionados às deficiências mais complexas somam grande número. As escolas não têm conseguido resultados positivos, muitas vezes, tendo que enfrentar processos administrativos e judiciais para dar soluções a estes casos.

Teoricamente a inclusão assegura o direito de todos à educação de qualidade e o direito de igualdade às condições de aprendizagem. Para tanto se faz necessário o envolvimento e a participação coletiva para o enfrentamento às situações que interferem na frequência do aluno à escola.

Apesar da grande luta para tornar a escola inclusiva, Beyer (2006) justifica que:

Não há como considerar que uma criança com deficiência mental, com autismo, com paralisia cerebral ou com uma deficiência sensorial (visual ou auditiva) possa ter o devido atendimento pedagógico sem uma suficiente distinção de suas características cognitivas e de aprendizagem. Por mais excelente que seja a atuação de qualquer professor, as melhores intenções e esforços pedagógicos não responderão às demandas específicas que determinados alunos apresentam em sua aprendizagem, por apresentarem, exatamente, necessidades educacionais especiais que apenas uma pedagogia diferenciada poderá atender. (BEYER, 2006, p.62).

Assim, o despreparo de profissionais, a falta de estrutura física e humana para suprir a demanda, tornam-se empecilhos no processo de incluir alunos com deficiência mais complexa no ensino regular.

A inclusão é uma ação profícua onde todos terão os mesmos direitos e receberão os mesmos procedimentos de educação. Nas palavras de Mantoan (2006), a autora destaca que a inclusão:

[...] questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, já que prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem freqüentar as salas de aula do ensino regular. [...] Por tudo isso, a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, porque não atinge apenas os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.” (MANTOAN, 2006, p. 19)



De maneira radical a autora destaca a importância da inclusão total de todos no ensino regular, na perspectiva de que a escola possa realmente se adaptar às necessidades e às limitações apresentadas pelos diferentes alunos.

Duas linhas se colocam para que possamos refletir sobre a realidade das pessoas com deficiência intelectual e múltiplas deficiências no ensino regular:

- o direito inegável de receber uma educação formal de qualidade aos moldes de igualdade de condições para todos;
- as escolas estão preparadas para atender um número de alunos que apresentam deficiências com um elevado nível de comprometimento intelectual?

De modo geral, atitudes radicais podem causar grandes transformações no contexto educacional. Não obstante, já houve muitas tentativas de inclusão por parte da escola especial. Uma das orientações às escolas especiais do estado do Paraná, condiz com a livre escolha dos pais em matricular seu filho na escola, seja do ensino comum ou dentro das modalidades de educação especial. (APAE, 2010).

Para Mantoan (2005), a não efetivação do processo inclusivo esbarra em muitas problemáticas comumente citadas:

[...] escolas que carecem de possibilidades de acesso físico a alunos com deficiências motoras; salas de aula superlotadas; falta de recursos especializados para atender às necessidades de alunos com deficiências visuais; necessidade de se dominar LIBRAS e de intérpretes para os alunos surdos; ausência ou distanciamento de serviços de apoio educacional ao aluno e professor; resistência de professores, que alegam falta de preparo para atender aos alunos com deficiência, nas salas de aulas comuns; reticências dos pais de alunos com e sem deficiência, entre outros. (MANTOAN, 2005, p.95)

Não é tão simples quanto parece capacitar profissionais, adaptar as estruturas físicas, oferecer acessibilidade. Contudo, nota-se que é um todo que está sendo modificado e que compõe um conjunto de ações que efetivarão o processo de “inclusão”. Neste sentido, muito mais do que ações palpáveis estão as ações atitudinais. A atitude dos profissionais e das pessoas envolvidas são, talvez, mais necessárias do que as ações de estruturas físicas, ou de políticas administrativas.

Inclusão, acima de tudo, é lutar para que todos os níveis educacionais possam prover uma ação eficaz, que transforma e, efetivamente, ofereça resultados satisfatórios para todos.

A inclusão depende, acima de tudo, de convicções, compromisso e disposição política com uma transformação social, a partir de atitudes concretas, visando efetivamente a possibilidades de justiça e respeito à diferença de forma individual e coletiva. Enquanto um paradoxo encontra seus limites nas práticas culturais, por exercer preconceitos de todas as ordens com vista a diferentes formas de seleção. Reafirma-se então que os aparatos regulatórios perdem suas eficácias, enquanto direito, em função das práticas culturais exercidas, que vão à contra-mão de seus postulados e, ao mesmo tempo, não há interesse por parte do Estado em compreender os processos instituídos, a partir das Leis e outros dispositivos. O que importa é garantir o acesso à matrícula. O que ocorre a partir daí é a luta de sobrevivência de cada um, enquanto mecanismos possíveis de resistências de elaboração, de resistências para uma sobrevivência frente aos preconceitos instituídos. (OSÓRIO; LEÃO, 2013, p.697)

Fazendo uma análise geral sobre as teorias da inclusão educacional, bem como da continuidade, ou não, da escola especial, parece-nos nítida a existência de uma grande lacuna referindo-se aos alunos dentro ou fora da escola, como seres inanimados. Se os mesmos estiverem no ensino regular irão sofrer todas as consequências ainda imaturas da inclusão, porém, terão grandes chances de se desenvolver, se houver uma boa adaptação e se a escola desenvolver atitudes inclusivistas. Ao contrário, permanecerem na educação especializada os quais podem ficar estagnados, para muitos, segregados, e adquirir um aprendizado mais lento, ou com resultados menos produtivos, fator este específico ao deficiente intelectual. Entretanto, esta escola especializada possui todas as necessidades físicas, materiais e profissionais especializados, e objetiva proporcionar um desenvolvimento condizente com reais necessidades dos alunos.

Para se chegar a conclusões sem enigmas, primeiramente se faz necessário não unicamente conhecer uma ou outra forma de educação, mas, prioritariamente a escola ou o sistema escolar deve conhecer cada aluno, com suas necessidades, suas vontades, seus desejos, suas limitações, suas individualidades. Seja nos moldes da escola especial ou ensino regular, o importante está em levar o aluno ao conhecimento, ao desenvolvimento, fazendo valer o seu direito de cidadão, o seu direito a uma educação de qualidade.

### **3 AS MUDANÇAS E TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NAS ESCOLAS ESPECIAIS DO PARANÁ**

No estado do Paraná as escolas especiais, de modo geral, tem sido alvo de grandes transformações, motivadas pela permanência e continuidade do

atendimento especializado às pessoas com deficiência. O que se vê, é um intenso embate e debate político e administrativo que resulta em divergências entre o governo do estado do Paraná e o Ministério da Educação.

Diante da proposta de inclusão imposta pelo PNEE (Plano Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva), houve uma mobilização por parte das instituições especializadas, no intuito de assegurar a garantia dos atendimentos prestados por estas entidades.

No que concerne a esta modalidade de atendimento, no Paraná as instituições são mantidas por convênios de Cooperação Técnica e Financeira com a Secretaria de Estado da Educação – SEED (Resolução 7863 de 28/12/2012) (PARANÁ, 2012). Fazendo parte destas instituições estão as APAE's, Pestalozzi's, Rede FEBIEX entre outras. São instituições filantrópicas (terceiro setor) que recebem investimentos e manutenção do setor público.

Dentro do enfoque político, foi lançado em 2008 a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, que:

[...] traz a idéia de que a educação inclusiva, fundamentada na concepção de direitos humanos, é, além de cultural, social e pedagógica, uma ação política, promotora de uma educação de qualidade para todos os alunos. Concebida nessa perspectiva, evidencia o papel da escola na superação da lógica da exclusão, trazendo mudanças na organização de escolas e de classes especiais, visando à construção de sistemas educacionais inclusivos, por meio do “acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares” (BRASIL, 2010b, p.19 *apud* MACHADO; VERNICK, 2013, p. 57).

Esta política nacional prevê uma ação contundente quanto ao processo de inclusão, pautando em ações políticas e diretrizes para uma inclusão total de todos os alunos no ensino regular. A partir de então, surgem medidas que levariam ao fechamento das escolas especiais, em prol de uma educação especializada dentro da escola regular.

“O governo do estado critica a inclusão total defendida pelo MEC e propõe uma inclusão parcial” (MACHADO; VERNICK, 2013, p.61) pela luta por uma concepção de “inclusão responsável” (SANTOS, 2010; *apud* MACHADO; VERNICK, 2013).

Esta política de inclusão estabelecida pela educação do Paraná, de acordo com as referidas autoras:

[...] depende a manutenção das escolas especiais justificando que há uma parcela de crianças e adolescentes que, em função de seus graves comprometimentos ou necessidade de comunicação diferenciada, requerem atenção individualizada e adaptações curriculares significativas, os quais necessitam que seu atendimento seja realizado em classes ou escolas especiais e que não há uma rede de apoio que possibilite a inclusão de todos os alunos no sistema comum de ensino. (MACHADO; VERNICK, 2013, p.61)

Como medida legal de oferecer os subsídios necessários para a continuidade das instituições filantrópicas, em 2010, o governo do Estado, criou o projeto de Lei nº 126/10, que beneficia todas as escolas com atendimento à pessoa com deficiência. (MACHADO; VERNICK, 2013).

Este projeto de lei criado pelo governo do estado, visa dar apoio e traz benefícios para a continuidade do atendimento ofertado pelas instituições filantrópicas e concede outras providências, como afirma Prazeres (2010):

O Projeto de Lei nº. 126/10 cria o Programa de Apoio às Instituições Filantrópicas que oferecem exclusivamente Educação Básica na Modalidade de Educação Especial em Escolas ou Centros de Atendimento Educacional Especializado, de forma complementar ao ensino público e gratuito, nas localidades onde o Estado não alcançou o atendimento universal, em consonância com a política educacional adotada pela Secretaria de Estado da Educação (SEED) e em cumprimento à legislação específica. O programa, que deverá ser realizado em parceria entre governo e entidade mantenedora de Escola de Educação Básica ou centros de atendimento educacional especializado, pretende assegurar aos educandos com deficiência a escolarização em nível de educação básica, em conformidade com a política educacional da Secretaria de Educação. (PRAZERES, 2010)

Uma das primeiras medidas para a efetivação deste projeto de lei foi a alteração da denominação das Escolas Especiais, passando para a denominação de “Escola de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial”. Essa reformulação torna-se válido com o Parecer nº 108/2010 – CEE, que normatiza a alteração de denominação das Escolas de Educação Especial, a Resolução Secretarial nº 3600/2011, que autoriza a alteração na denominação das Escolas de Educação Especial para “Escola de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial”. (Resolução 7863/2012-SEED, *apud* PARANÁ, 2012, p.1).

Perante as discussões ocorridas a partir do ano de 2010 que se estenderam até o início de 2012, as Escolas de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial começaram a se reestruturar sob novo enfoque administrativo e

pedagógico. A SEED/DEEIN<sup>4</sup> atribui uma legislação específica às escolas especiais da rede conveniada e busca fortalecer sua defesa, desta forma:

[...] justificando que naquele momento o Paraná contava com 394 Escolas de Educação Especial. Dessas, 384 são entidades filantrópicas e possuem Convênio de Cooperação Técnica e Financeira com a Secretaria Estadual de Educação/Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional (SEED/DEEIN), 10 outras possuem Convênio Técnico, uma vez que, são escolas especiais que integram a rede municipal. O Estado contava ainda com 02 escolas públicas de educação especial, uma na área da surdez e outra destinada ao atendimento de alunos que apresentam altíssimas especificidades nas áreas da deficiência intelectual, transtornos globais do desenvolvimento e múltiplas deficiências. (MACHADO; VERNICK, 2013, p.61)

Motivados por uma política estadual favorável à continuidade do atendimento especializado, a SEED e o DEEIN constituem novas diretrizes e normativas de funcionamento das Escolas de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial, abrangendo atendimentos na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional. Nos últimos dois anos de reformulação administrativa da escola especial, o setor pedagógico também sofreu algumas alterações e buscou alternativas e os devidos ajustes para concretizar um ensino de qualidade, permitindo a valorização desta modalidade educacional.

#### **4 ASPECTOS PEDAGÓGICOS: ARTICULAÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO**

O coordenador pedagógico tem a missão de orientar e mediar um conjunto de ações que são específicas de cada escola, estabelecendo metas, prazos, e padrões organizacionais conforme autonomia da unidade escolar, primando por uma ação democrática e participativa. Se faz necessário ter conhecimento amplo dos alunos por meio das avaliações pedagógicas, com o intento de formular um plano que proporcione uma educação verdadeiramente qualitativa, reflexiva e que possa formar cidadãos críticos e participativos para a sociedade.

Por meio da participação de todos e pelos instrumentos previstos em Lei, como o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar, as instâncias colegiadas

---

<sup>4</sup> Secretaria de Estado da Educação e Departamento de Educação Especial e Inclusão. (PARANÁ, 2014)



como a APMF, o Grêmio Estudantil e o Conselho Escolar, efetiva-se uma gestão democrática, capaz de criar e recriar práticas necessárias no interior da escola.

A imagem do coordenador pedagógico, com as recentes reformas educacionais vem ganhando *status* de importância significativa para o pleno funcionamento da escola. Neste processo de construção da identidade dentro da escola, o coordenador pedagógico sempre esteve atrelado ao profissional educacional que faz de tudo um pouco, como comenta Augusto (2006):

Sem um campo específico de atuação, responde às emergências, apaga focos de incêndios e apazigua os ânimos de professores, alunos e pais. Engolido pelo cotidiano, não consegue construir uma experiência no campo pedagógico. Em ocasiões esporádicas, ele explica as causas da agressividade de uma criança ou as dificuldades de aprendizagem de uma turma. Hoje o coordenador organiza eventos, orienta os pais sobre a aprendizagem dos filhos e informa a comunidade sobre os feitos da escola. (AUGUSTO, 2006)

Podemos quantificar as inúmeras tarefas atribuídas ao coordenador pedagógico, mas para que de fato, a valorização da função não tome outros rumos, um bom plano de ação para as suas atribuições na escola são fundamentais para não desvirtuar seu trabalho.

A escola abrange, em última instância, a dinâmica das mudanças sociais, das interações pessoais e profissionais, e desenvolve seus objetivos mediante a participação conjunta de profissionais e alunos, de modo integrado. Podemos entender que professores, equipe pedagógica, funcionários, alunos, pais e comunidade não só fazem parte de um mesmo ambiente cultural, como também o constroem pelo seu modo de agir, haja vista que, de sua interação, dependem a identidade da escola na comunidade, o seu papel nela e os seus resultados.

[...] a figura do Coordenador Pedagógico ganha destaque na medida em que, é reconhecido como principal responsável em articular o trabalho pedagógico voltado a questões organizacionais e curriculares. Entretanto, é necessária a existência de certo equilíbrio entre as relações existentes no ambiente escolar, de forma que a responsabilidade pelo processo de ensino-aprendizagem deve ser desmistificada e redimensionada a todos os envolvidos e pertencentes deste meio. (CORRÊA; GESSER, 2012, p.8)

O Coordenador Pedagógico é o especialista nas diversas metodologias e didáticas, é o parceiro mais experiente do professor. É ele quem responde por esse trabalho junto ao diretor, formando assim uma relação de parceria e cumplicidade

para transformar a escola num espaço de aprendizagem. O regimento escolar da escola especial, mantida pela APAE, contempla a função do coordenador pedagógico como responsável à implantação e implementação das diretrizes curriculares definidas no Projeto Político Pedagógico, sempre em conformidade com a política nacional e orientações emanadas da Secretaria de Estado da Educação. (APAE, 2010)

É necessário ao coordenador pedagógico deixar claro à comunidade escolar que uma gestão democrática depende do envolvimento de todos. Cada profissional do processo educativo tem suas funções específicas, porém, o planejamento e implementação das ações parte do coletivo. Essa visão faz com que a direção esteja envolvida com a coordenação e professores nos encaminhamentos pedagógicos que se fizerem necessários e explicitados no Projeto Político Pedagógico da escola, sendo uma forma de organizar o trabalho pedagógico, neste enfoque, podemos salientar que:

O coordenador pedagógico necessita organização e planejamento, quanto à condução de seu trabalho, definindo as questões prioritárias à sua intervenção, refletindo sobre as ações que podem ser tomadas para que as mudanças possam ocorrer, e estabelecendo disciplina no orquestramento das mesmas. Comprometer-se com sua própria formação, acompanhar os professores em suas atividades, analisar processos de planejamento e avaliação, promover espaços para pensar e debater os processos educativos entre outros são atribuições intrínsecas ao papel do coordenador comprometido com seu grupo. (CORRÊA; GESSER, 2012, p.9)

Atualmente busca-se trabalhar com uma visão diferenciada, não sendo aquele controlador do professor, mas um coordenador articulador do trabalho pedagógico na escola, que trabalha junto aos professores, discutindo com eles os problemas e as possíveis soluções para a melhoria do ensino-aprendizagem. É uma grande conquista quando ajudamos na modificação das práticas arraigadas que impedem uma boa reflexão. Faz-se necessário que todo processo educativo seja repensado, visando uma melhoria mais consistente e significativa.

A atuação como coordenador pedagógico está no campo da mediação, pois quem está inteiramente ligado a tarefa de ensino é o professor; busca-se, então, uma relação coordenador/professor, visando uma relação diferenciada, qualificada com seus alunos.

Ao coordenador pedagógico compete o papel de gerir o projeto político pedagógico em parceria com os professores, alunos, pais e a equipe administrativa, criando situações de debates e ações, mostrando a importância da colaboração de todos para o bom desempenho desse projeto, também a participação em reuniões pedagógicas e de planejamentos. Atuar como coordenador pedagógico implica em “criar e estimular oportunidade de organização comum e de integração do trabalho em todas as suas etapas. (CAMPOS; ALMEIDA, 2014, p.3)

Sendo assim, é preciso atentar para a importante articulação entre a pedagogia da sala de aula e a pedagogia institucional, na busca de um mesmo objetivo: a formação humana, isto é, a formação dos alunos, dos professores, da equipe gestora, da coordenação, dos pais, envolvendo toda a comunidade escolar, como um único organismo integrado.

Independente do campo de atuação, seja nas escolas do ensino regular, ou nas escolas de educação básica na modalidade de educação especial, a função de coordenador pedagógico perpassa os ditames inerentes à sua competência, ou seja, articulador e organizador das ações para uma educação de qualidade, trazendo consequências ativas ao processo de inclusão das pessoas com deficiências.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa em questão demonstrou que enquanto profissional envolvido no processo educacional, simpatizante das políticas públicas sobre o processo de educação inclusiva, temos como metas investigar e analisar os novos rumos e encaminhamentos estabelecidos às instituições especializadas no atendimento das pessoas com deficiências, bem como as tendências e rumos tomados para se efetivar a inclusão educacional.

Com o avanço da sociedade em seus aspectos culturais e materiais, impulsionado pelo advento do acesso ao conhecimento, que possibilita novos meios de produção, novas formas de pensar e agir na coletividade, surgem as lutas para a garantia de direitos, expressados na legislação vigente.

Também o debate sobre a inclusão radical está expressado nas teorias que buscam justificar o fracasso das pessoas com deficiência atendidas pelas instituições especializadas. De qualquer forma, o debate se acentua traçando o perfil

da pessoa com deficiência, como se todos fossem iguais, com a pretenciosa visão de que todos aprendem da mesma forma, com as mesmas condições.

Conforme elencado na pesquisa, a educação das pessoas com deficiências sempre foi motivo de embates, debates e discussões. Partindo de um período histórico da exclusão social e educacional, as pessoas com deficiências foram gradativamente conquistando seu espaço, e construindo uma identidade nas instituições que as acolheram.

Estas instituições que as beneficiaram foram sendo criadas e dissimularam-se socialmente, construíram sua história na defesa da pessoa com deficiência. Desde então, as instituições filantrópicas especializadas no atendimento educacional e social, fortaleceram-se para oportunizar as pessoas com deficiências os mesmos direitos comuns a todos.

A pesquisa demonstrou que as instituições foram fundamentais para a valorização e construção de políticas públicas em benefício das causas sociais e educacionais das pessoas com deficiências, e da minoria discriminada da sociedade, convencionalmente denominadas como “diferentes”.

Oportunizar o acesso à educação sempre foi um ponto primordial para a implementação de uma sociedade mais justa e igualitária, promovendo a independência, a participação e o bem estar junto a sociedade. Ressalta-se que os educandos com deficiência intelectual e múltiplas deficiências necessitam de atenção individualizada, pois se apresentam em situações diferentes de aprendizagem, de rendimentos acadêmicos e defasagens entre idade e série. Eles necessitam, portanto, de maior tempo de permanência em cada etapa da educação, comparado a outros educandos da mesma idade, para aprender e para se desenvolver academicamente.

Quando vislumbrado o espaço do coordenador pedagógico na articulação das ações para o atendimento da pessoa com deficiência, na escola especializada e na escola regular, as ações não diferem em nada uma da outra. De fato, o que se constitui são ações que demandam o conhecimento do aluno, sua limitação quanto aos aspectos individuais de cada deficiência e conhecimentos básicos para uma avaliação pedagógica, em conjunto com a equipe multiprofissional (psicólogo, assistente social, fonoaudiólogo e fisioterapeuta). Independente da ação promovida pela educação, o que se espera é a garantia de direitos, seja ela promovida

prioritariamente pela educação normal do ensino regular, ou então pelas educação especializada, promovida pelas instituições filantrópicas.

Muito mais que discutir essa ou aquela educação, o que vale é uma ação conjunta que possa trazer benefícios para todas as pessoas com deficiências. Não se justifica a ascensão de uma forma de educar com a extinção de outra. Ambas as modalidades são importantes instancias educacionais para o desenvolvimento de todos os educandos, e para a efetivação de uma Educação Inclusiva real e verdadeira.

## REFERÊNCIAS

APAE. **Projeto Político Pedagógico**. Laranjeiras do Sul: APAE, 2010.

AUGUSTO, Silvana. **Desafios do coordenador pedagógico**: Mais do que resolver problemas de emergência e explicar as dificuldades de relacionamento ou aprendizagem dos alunos, seu papel é ajudar na formação dos professores. Nova Escola, São Paulo, Edição 192, maio de 2006. Disponível em:< <http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/coordenador-pedagogico/desafios-coordenadorpedagogico-546602.shtml>> Acesso em: 10/03/2013.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola**: de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Educação infantil**: saberes e práticas da inclusão : dificuldades acentuadas de aprendizagem: deficiência múltipla. [4. ed.] / elaboração profª Ana Maria de Godói – Associação de Assistência à Criança Deficiente – AACD... [et. al.]. – Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília : 1996.

CAMPOS, Elane Porto; ALMEIDA, Fernanda Souza. **Atuação do coordenador pedagógico na perspectiva docente**. UESB,Campus Itapetinga. Bolsista de



iniciação a docência do PIBID-UESB/CAPES. Disponível em: <[http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Trabalho\\_Comunicacao\\_oral\\_idin\\_scrito\\_1809\\_5c29d90cba47412e15e5693fe82b7e55.pdf](http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Trabalho_Comunicacao_oral_idin_scrito_1809_5c29d90cba47412e15e5693fe82b7e55.pdf)> Acesso em: 06/05/2014.

CORRÊA, Shirlei de Souza; GESSER, Verônica. **O planejamento educacional e o papel do coordenador enquanto mediador neste ato político.** UEM, Maringá, Maio de 2012. Disponível em: <[http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario\\_ppe\\_2012/trabalhos/co\\_01/017.pdf](http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2012/trabalhos/co_01/017.pdf)> Acesso em: 23/06/2014.

FENAPAES. **Posicionamento do movimento Apaeano em defesa da inclusão escolar de pessoas com deficiências intelectual e múltipla.** Brasília. 2007. Disponível em: <[http://www.apaebrasil.org.br/bib/Posicao\\_Movimento\\_Apaeano\\_Politica\\_Educacao\\_Especial\\_-\\_impressao.pdf](http://www.apaebrasil.org.br/bib/Posicao_Movimento_Apaeano_Politica_Educacao_Especial_-_impressao.pdf)> Acesso em 19/06/2014.

MACHADO, Evelcy Monteiro; VERNICK, Maria da Glória L. Pereira. **Reflexões sobre a Política de Educação Especial Nacional e no Estado do Paraná.** Presidente Prudente, SP, Nuances: estudos sobre Educação, v. 24, n. 2, p. 49-67, maio/ago. 2013. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/viewFile/2479/2224>> Acesso em: 05/05/2014.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar- O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Editora Moderna, 2006. Disponível em: <<http://educacaoespecialbrasil.blogspot.com.br/2012/02/inclusao-escolar-o-que-e-por-que-como.html>> Acessado dia: 18/06/2014.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O atendimento educacional especializado em deficiência mental: descobrindo capacidades e explorando possibilidades (parte I).** In: BRASIL. **Ensaio Pedagógico: construindo escolas inclusivas.** Brasília: MEC, SEESP, 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ensaiospedagogicos.pdf>> Acessado dia: 01/07/2014.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 2011.

OSÓRIO, Antonio Carlos do Nascimento; LEÃO, Tatiana Calheiros Lapas. **Diversidade e educação especial em diálogos: reflexões sobre os discursos da inclusão.** Santa Maria – RS; Revista Educação Especial | v. 26 | n. 47 | p. 685-698 | set./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>> Acessado dia: 16/03/2014.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Autoriza a alteração na denominação das Escolas de Educação Especial para Escolas de Educação Básica, na modalidade de Educação Especial.** Resolução 3600 de 18/08/2011. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=69619&indice=23&totalRegistros=1259&anoSpan=2014&anoSelecionado=2011&mesSelecionado=0&isPaginado=true>> Acesso em: 26/06/2014.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Convenio de Cooperação Técnica e Financeira com a Secretaria de Estado da Educação. Resolução 7863 de 28/12/2012.** Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=84869&indice=1&totalRegistros=6152&anoSpan=2014&anoSelecionado=2012&mesSelecionado=0&isPaginado=true>> Acesso dia: 30/06/2014.

PARANÁ. **Secretaria de Estado da Educação/ Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional.** Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=11>> Acesso em: 28/05/2014

PRAZERES, Flavia. **Projeto de Lei pode mudar realidade das Escolas de Educação Especial no Paraná.** Assembléia Legislativa do Paraná: Sala de Imprensa, 2010. Disponível em: <[http://www.alep.pr.gov.br/sala\\_de\\_imprensa/noticias/1821-projeto-de-lei-pode-mudar-realidade-das-escolas-de-educacao-especial-no-parana](http://www.alep.pr.gov.br/sala_de_imprensa/noticias/1821-projeto-de-lei-pode-mudar-realidade-das-escolas-de-educacao-especial-no-parana)> Acesso em: 11/06/2014.

SILVA, Edna Lúcia da. MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação.** Florianópolis: UFSC, 2005; 4ª edição.

UNESCO. **Declaração de Salamanca.** Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 23/05/2014.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos:** satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em 20/06/2014.